

O fim das reservas

GAZETA MERCANTIL
Economia - Brasil
1 SET 1983

O fim das reservas

Economia - Brasil

por Neil Ulman
do Wall Street Journal
(Continuação da 1ª página)

semestrais para apenas 80% da alta do custo de vida, dos 100% anteriores obrigatórios para a maioria dos trabalhadores. Prometeu também controle mais rigoroso nos gastos das gigantescas empresas estatais e tabelou os juros, o que segundo os banqueiros, paralisou os empréstimos comerciais nas últimas semanas.

Como resultado dessas medidas, o governo afirma que restam "somente formalidades" para implementar um novo acordo, mediante o qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) reiniciará seus pagamentos em breve, e bilhões de dólares poderão ser obtidos de bancos comerciais internacionais. Do FMI, entretanto, não veio nenhuma confirmação de que a situação é tão simples.

A austeridade está só começando, enquanto os brasileiros mais pobres já passam fome. "Vamos enfrentar um período difícil, e vai continuar dessa forma por muito tempo", declara Bernardo Péricas Neto, porta-voz do Itamaraty.

Na aprovação em que as medidas de austeridade começam a produzir efeito a dívida externa torna-se cada vez mais um assunto de debate político. Ainda que obtendo o superávit comercial de US\$ 6 bilhões previsto para este ano, o Brasil ainda apresentará um déficit global de pagamentos de US\$ 7,7 bilhões, bastante superior ao previsto, afir-

ma Galvêas. Apenas tomando mais dinheiro emprestado, aumentando a dívida e seus custos em juros, o Brasil poderá esperar continuar adimplente. Isto o governo diz que fará.

"Os críticos que pedem a renegociação da dívida estão desinformados. Eles não estão cientes da forma como as coisas são feitas. Está fora de cogitação", comenta Galvêas. "Mantemos bom entendimento com a comunidade bancária. Não estamos impondo nada a eles. Cooperamos com eles", acrescenta o ministro.

Mas, entre os banqueiros brasileiro existem dúvidas crescentes. Herbert Levy, presidente do Banco Itaú, o segundo maior banco brasileiro, é também o diretor responsável da Gazeta Mercantil, o diário financeiro do País, e deputado do partido do governo, o Partido Democrático Social, afirmou que "mesmo com um superávit comercial de US\$ 6 bilhões o Brasil não conseguirá pagar os juros de sua dívida. Não tem jeito". E acrescenta: "O governo aceita que a dívida não pode ser paga, mas não quer admitir". Sua solução é um reescalonamento de comum acordo, pelo qual o Brasil pagaria sua dívida a juros de 5%, no prazo de trinta anos.

No Rio de Janeiro, Marcílio Marques Moreira, vice-presidente e economista do Unibanco, também vê a necessidade de "uma espécie de moratória negociada para conseguir dinheiro a prazo mais longo" para o Brasil. Possas, do grupo Bonfiglioli, que também controla o Banco

Auxiliar, explica: "Evidentemente, teremos de renegociar. Precisamos de empréstimos de longo prazo a taxas de juros reduzidas. Não podemos pagar aos níveis atuais os juros. De fato, já estamos renegociando há um ano sem conseguir nada".

Embora os banqueiros afirmem que o Brasil não pode pagar, um crescente número de políticos sugere, em tom geralmente moderado, que o Brasil não deveria pagar conforme os termos atuais. "As exigências do FMI são uma provocação ao povo brasileiro", afirma Leonel Brizola, o carismático governador do Estado do Rio de Janeiro, e segundo uma pesquisa nacional, a opção popular do País para a Presidência.

Em entrevista concedida no seu apartamento de frente para a praia de Copacabana, ele sugere uma consolidação de todas as dívidas externas do Brasil, com uma moratória de dez anos no pagamento dos juros.

Mas a solução principal de Brizola é a substituição do governo pela eleição direta de um novo presidente, em janeiro de 1985. "Mesmo que toda nossa dívida fosse perdoadada hoje, estaríamos novamente devendo (incapazes de pagar) dentro de quatro ou cinco anos, se prosseguirmos com a política atual, diz Brizola.

Nas grandes cidades, os "slogans" pichados nos muros ou nas faixas exibidas em marchas de protestos exigem "Fora o FMI". Um líder da greve geral em julho passado, em São Paulo, Joaquim dos Santos An-

drade, atribuiu a culpa "do problema todo" do Brasil à "dívida externa e às imposições do FMI". Como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que alega ser o maior sindicato da América do Sul, "Joaquinzão" está pedindo também "uma moratória de um a cinco anos ou o tempo que levar para reativar a economia". Em princípio, a moratória deveria ser negociada. Mas, "se necessário", deve ser unilateral, observa.

Nas favelas onde a família Sueca e alguns de seus vizinhos passam fome, os religiosos esquerdistas, aliados ao Partido dos Trabalhadores, estavam ativos na organização da greve geral. "A dívida não deveria ser paga, e não será paga", declara um jovem seminarista que faz parte do movimento.

Entretanto, a extensão de compreensão e a profundidade de sentimento popular sobre a questão da dívida parecem carentes. A Igreja e o Partido dos Trabalhadores conseguem menos apoio do que sugerem por sua organização eficiente e as faixas e camisetas de propaganda. O partido, por exemplo, obteve resultados decepcionantes nas eleições de novembro. E a greve geral encontrou pouco apoio, com exceção dos metalúrgicos de São Paulo, alguns trabalhadores de estaleiros no Rio e manifestações de protestos fora do expediente em outras cidades. Em Brasília, não houve.

Além disso, as massas brasileiras apóiam eticamente o pagamento da dívida, afirmam os ban-

queiros, homens de negócios e pesquisadores de opinião pública. Na Lojicred, a maior empresa de crédito ao consumidor, os empréstimos irrecuperáveis situam-se entre 2 e 3%, ou menos do que nos Estados Unidos. "O crédito é a última coisa que sobra aos pobres e à classe média. Eles fazem tudo para evitar perdê-lo", assinala Olav Smith, diretor da empresa.

A atitude é transferida à dívida externa do Brasil, afirma Moreira, do Unibanco. "Se você deve algo, precisa pagá-lo", confirma o favelado Emídio Pinheiro, falando da dívida externa brasileira. Seus vizinhos são da mesma opinião.

Uma pesquisa nacional efetuada pelo Gallup, em março passado, indagou dos brasileiros como o problema da dívida externa deveria ser resolvido. Os resultados indicam que 40% estavam a favor de pagá-la "rapidamente"; 46% achavam que deveria ser paga "mais lentamente"; 4% defendiam o "adiantamento", e somente 5% queriam denunciá-la. No entanto, uma repetição da pesquisa, esta feita em abril, descobriu que os favoráveis à denúncia da dívida tinham aumentado para 10%, segundo Carlos Meirelles Matheus, chefe do Instituto Gallup local.

A mudança de opinião pode refletir o aprofundamento da recessão. No Estado de São Paulo, responsável por mais da metade da produção industrial do País, o emprego na indústria declinou para os níveis de 1973, de acordo com a FIESP. Serão necessários

oito anos para que volte aos níveis de 1980, diz a entidade. A Federação de Metalúrgicos de São Paulo afirma que o nível de emprego entre seus filiados declinou de 425 mil, no fim de 1981, para 380 mil. As falências e concordatas em São Paulo estão também aumentando bastante, entre elas o venerável e antes poderoso Grupo Matarazzo. Esta empresa industrial diversificada pediu concordata, alegando que "o modelo econômico brasileiro é suicida", como prova o nível da dívida externa.

Miguel Sueca conta que acorda, todas as manhãs às 5 horas e vai, sem tomar café, de uma fábrica a outra, de agência de emprego a agência de emprego. "Uma fila de mil (desempregados) na porta de uma fábrica é uma fila pequena", diz ele, que gastou seu único par de sapatos na busca de trabalho e voltou para casa com os pés ensanguentados, conta sua mulher Purcina. Agora seu único calçado é um par de sandálias havaianas.

Como o casal Sueca é analfabeto, suas possibilidades de emprego são pequenas. Na única mesa de fôrmica em seu barraco estão algumas pilhas de peças que eles retiraram de uma fábrica próxima para montar fivelas ao preço de menos de US\$ 0,02 (Cr\$ 6,71) para cada 140 unidades. A receita é usada para pagar as contas de luz, água e gás. Seus filhos pedem alimentos nos dias de semana em um bairro vizinho. Aos domingos, fazem jejum.

Os cortes nos investimentos e nas operações em

mais de 500 empresas estatais também estão aprofundando a recessão. As empresas, por sua vez, atrasam o pagamento de suas contas aos fornecedores e suas dívidas aos bancos, afirma Possas, da Bonfiglioli, cujas empresas são fornecedores e banqueiros do governo.

Considerando esses problemas, as empresas brasileiras sobreviveram surpreendentemente bem, afirmam os banqueiros. "Mas o que nos preocupa", diz Possas, "é que a situação está ficando incontrolável. Muitos dos nossos clientes, na área bancária, estão chegando a seus limites de crédito e ao limite de sua capacidade de pagar as dívidas."

Mais chocante, segundo os banqueiros e homens de negócios, foi o decreto governamental do fim do mês passado, limitando os juros bancários mensais a 5% nos financiamentos de curto prazo. Com os títulos governamentais pagando mais de 9% ao mês, os bancos não conseguiram disputar os recursos e simplesmente deixaram de emprestar durante duas semanas. Depois que a comunidade comercial exigiu alguma solução para o impasse, o governo criou novas brechas no seu próprio decreto, aumentando a colcha de retalhos, mas amenizando a crise. "Isso não pode continuar", comenta Possas.

Ele acrescenta: "Acontece o mesmo com toda a política econômica governamental. Simplesmente não pode continuar assim. Mas continua".

por Neil Ulman
do Wall Street Journal

Quando diferentes brasileiros falam de reservas hoje em dia, eles querem dizer coisas diferentes.

Ernane Galvêas, o ativo e aflito ministro da Fazenda, pensa em reservas cambiais. O Brasil perdeu US\$ 4 bilhões no ano passado, ou mais da metade de suas reservas. O País está atrasado em seus pagamentos internacionais e nada indica que 1983 seja um ano de recomposição das reservas.

Paulo José Possas, vice-presidente executivo do grupo Bonfiglioli, que atua nos setores alimentício, bancário e imobiliário, pensa em reservas de combustível para alimentar suas fábricas. Ele acabou de saber de um novo corte nas cotas de combustível, que, na sua opinião, significará turnos de trabalho mais curtos.

Miguel Sueca Neto, operário desempregado há um ano e meio, pensa em reservas de alimentos no seu barraco de chão de terra batida na periferia de São Paulo. Os poucos pedaços de pão não cobrem o fundo de um saco de compras que sua mulher mostra a um visitante. "É só o que temos", diz ela.

Os sussurros e as expressões preocupadas dessas pessoas todas refletem o declínio das reservas do tradicional otimismo brasileiro. Elas falam de graves problemas econômicos e crescente descontentamento, o que não alivia a tensão do sistema bancário internacional.

O Brasil tem a maior

dívida externa do mundo, cerca de US\$ 90 bilhões devidos a bancos internacionais, governos estrangeiros e instituições financeiras por governos. O governo brasileiro insiste em que o País pode pagar e pagará. Mas um número cada vez maior de brasileiros duvida cada vez mais de que isto seja sensato ou possível, pelo menos como a dívida é atualmente constituída.

O País está entrando numa recessão industrial cada vez mais profunda, com Galvêas prevendo crescimento zero para este ano e a maioria dos banqueiros esperando uma queda da atividade econômica entre 3,5 e 5%. O declínio é em parte uma consequência da depressão nos mercados mundiais para as exportações brasileiras e, em parte, uma reação às medidas governamentais destinadas a combater a inflação, obter um superávit comercial e cumprir os compromissos da dívida.

O programa de austeridade destina-se também a satisfazer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que reteve parcelas de um crédito de US\$ 4,9 bilhões negociado em dezembro passado. Quando a inflação brasileira, prevista pelo governo em 70% neste ano, saltou para uma taxa acima de 150%, o FMI interrompeu os pagamentos e enviou uma nova missão a Brasília, para novas conversações.

Em resposta, o governo brasileiro reduziu os reajustes salariais

(Continua na página 16)